

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.541 - PR (2013/0168267-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : FÁBIO DE OLIVEIRA D'ALÉCIO
ADVOGADOS : ROOSEVELT ARRAES - PR034724
ROGÉRIO HELIAS CARBONI E OUTRO(S) - PR037227
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **FÁBIO DE OLIVEIRA D'ALÉCIO**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado:

"PENAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. FALSIFICAÇÃO. CRP (CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. Se a União elegeu o CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), regulamentado pelo artigo 1º do Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001, como documento imprescindível à viabilização da sua participação em transferências voluntárias, definidas no artigo 25 da LC 101/2000, resta configurado o seu interesse direto no deslinde de apuração de sua falsificação, nos termos do artigo 109, inciso IV da Constituição Federal." (e-STJ, fl. 114).

Opostos embargos, foram parcialmente conhecidos e, nessa parte, não acolhidos (e-STJ, fls. 132-136).

Alega o recorrente violação ao art. 6º da Lei 8.038/90, 619 e 620 do CPP, argumentando, em suma, que o argumento relativo ao interesse mediato da União na causa não foi apreciado na origem, apesar da oposição de aclaratórios.

Aponta, ainda, contrariedade ao art. 554 do CPC, art. 6º, § 1º, da Lei n. 8038/90 e art. 7º, X, XI e XIII, da Lei 8.906/94, uma vez que o recorrente não teria sido intimado da data do julgamento do recurso de embargos de declaração, apesar de requerimento expresso quando da oposição.

Contrarrazões às fls. 225-234 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 260-269).

É o relatório.

Decido.

No que se refere à cogitada violação da ampla defesa, por ausência de intimação da data da sessão de julgamento dos embargos declaratórios, não assiste razão ao recorrente, uma vez que o recurso correspondente é julgado em mesa, conforme previsão do art. 1.024, § 1º do CPC c/c art. 3º do CPP, inviabilizando *ope legis* a pretensão de sustentar oralmente ou mesmo ser intimado da data da sessão de julgamento.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. JULGAMENTO EM MESA. OBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL.

Superior Tribunal de Justiça

DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DA DEFESA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. O julgamento dos embargos de declaração independe de inclusão em pauta e intimação da data da sessão de julgamento, mediante publicação na imprensa oficial, uma vez que o feito é apresentado em mesa e não cabe a sustentação oral.

2. Ordem denegada."

(HC 448.294/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

No que se refere à competência da justiça federal, verifica-se que o acórdão recorrido pressupõe a falsificação de documentos com a finalidade de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP -, viabilizando a transferência de recursos voluntários da União para o Município de Ubitatã/PR, de cuja gestão participavam os recorrentes, conforme se extrai das fls. 110-111 (e-STJ).

Demais disso, verifica-se que o Tribunal de origem pressupõe prejuízo ao INSS, considerada a declaração, atribuída como falsa, do cumprimento de obrigações previdenciárias pelo Município, a fim de possibilitar a emissão da CRP, viabilizando a transferência de recursos entre os entes da Federação (e-STJ, fl. 112).

Sem embargo, verifica-se que o recorrente não impugnou o acórdão na parte concernente ao vislumbrado prejuízo ao INSS, fundamento suficiente para manter a conclusão do acórdão recorrido, o que atrai, no ponto, o óbice da Súmula 283 e 284 do STF.

De todo modo, restou assentado pelas instâncias ordinárias que o móvel da falsidade seria a emissão do CRP, documento imprescindível à transferência voluntária de recursos entre os entes da federação, por expressa disposição legal (art. 25, § 1º, IV, "a", da Lei Complementar 101/2000).

Por conta disso, a análise do tema por esta Corte, sob o prisma de sua prescindibilidade, tal como pretende o recorrente, obviaria a instrução processual superveniente, demandando, ainda, a revisão do contexto fático-probatório, vedado na via do especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Na mesma senda, não há falar em omissão dos aclaratórios, uma vez que o Tribunal de origem rechaçou expressamente o argumento constante dos embargos, relativo ao suposto interesse da União na demanda. Primeiro, por considerar que a CRP configurou condição necessária e suficiente para a transferência de recursos (e-STJ, fl. 112). Depois, por evidenciar o acórdão vergastado o interesse do INSS, diante da suposta fraude no cumprimento de obrigação previdenciária, pressuposto à emissão do certificado em comento (e-STJ, fls. 110-111).

Portanto, comprovado que o embargante pretendia a rediscussão de matéria já resolvida pela Corte de origem, não há falar em violação ao art. 619 do CPP, consoante jurisprudência pacificada nesta Corte:

"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. DESCABIMENTO. TESE DE QUE O EMBARGANTE NÃO FOI INFORMADO DO SEU DIREITO AO SILÊNCIO DURANTE A ABORDAGEM POLICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a teor do art. 619 do Código de Processo Penal - CPP, e erro material, conforme art. 1022, III, do Código de Processo Civil - CPC.

2. Sem a demonstração das hipóteses de cabimento, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe, notadamente quando o embargante pretende a rediscussão da questão controvertida para modificar o provimento anterior.

3. O prequestionamento admitido por esta Corte se caracteriza quando o Tribunal de origem emite juízo de valor sobre determinada questão, englobando aspectos presentes na tese que embasam o pleito apresentado no recurso especial. Assim, uma tese não refutada pelo Tribunal de origem não pode ser conhecida no âmbito do recurso especial por ausência de prequestionamento.

4. Embargos declaratórios parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes."

(EDcl no AgRg no AREsp 1.314.841/SE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 23/09/2019)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REDISSCUSSÃO DE MATÉRIA DEVIDAMENTE ABORDADA E DECIDIDA. MERA INSATISFAÇÃO COM O RESULTADO DA DEMANDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Conforme dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade existentes no julgado.

2. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no HC 453.541/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 11/06/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do recurso para, nessa extensão, **negar-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator